

Quarto de Despejo: diário de uma favelada – Identidade, espacialidade e resistência do corpo negro, feminino e periférico na urbanização de São Paulo

DOI: 10.544446/bcg.v11i1.521

Maria Júlia Buck Rossetto¹

Resumo

Através de um olhar hegemônico acerca das constituições históricas da produção do espaço urbano de São Paulo, a multiplicidade de narrativas constituintes das espacialidades da cidade por vezes são silenciadas. Neste sentido, é de extrema importância trazer o protagonismo às vivências cotidianas, constituídas pelo tensionamento contínuo entre centro e margem, violência e resistência. Para tanto, este artigo propõe uma breve análise da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, escrita por Carolina Maria de Jesus e publicada pela primeira vez no ano de 1960. O livro por si mesmo é um valioso documento histórico no que diz respeito à produção espacial urbana de São Paulo no decorrer da década de 1950, que em seu discurso modernizante violentava e segregava sujeitos e suas respectivas identidades, como é o caso de Carolina, que em seus marcadores sociais trazia a opressão de uma sociedade misógina, racista e classista.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização; São Paulo; literatura; interseccionalidade; Carolina Maria de Jesus.

1 Graduada em geografia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP (Universidade de São Paulo). É professora de Geografia no Colégio Técnico de Limeira (COTIL - Unicamp). E-mail: majubr21@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5329-3674>.

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava nem ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade”.

– Carolina Maria de Jesus

Introdução

As nuances de poder atreladas à consolidação dos interesses capitalistas e patriarcais instituem e mantêm as relações desiguais, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos no processo de lutas simbólicas entre os corpos. O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. Reafirmando Federici (2019),

Este sistema necessita da justificação e mistificação das contradições incrustadas nas relações sociais, com o propósito de difamar aqueles os quais explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos e imigrantes deslocados pelo projeto de integração global (FEDERICI, 2019, p. 28).

O discurso de liberdade do sistema capitalista é imposto através da expropriação, violência e morte daqueles que recebem marcadores sociais vinculados à manutenção de uma sociedade eurocêntrica, capitalista e patriarcal, que colocam os indivíduos em extrema vulnerabilidade no que diz respeito à própria existência e identidade. Segundo Aruzza et. al (2019, p. 54), “por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos a expropriação.” Neste sentido, em cada fase do projeto de globalização e desenvolvimento do capitalismo, a expropriação de pessoas generificadas e racializadas permitiu ao capital aumentar seus lucros por meio do confisco de recursos naturais e capacidades humanas por cuja renovação e reprodução ele nada paga.

Através desta perspectiva, uma economia capitalista com acumulação baseada na exploração e subalternação racial e de gênero, investida dos interesses hegemônicos acabam por materializar silenciamentos e violências. O planejamento urbano constitui-se enquanto ferramenta de auxílio da produção capitalista do espaço, evidenciando simbolismos e infraestruturas urbanas que atuam na manutenção da desigualdade. Afirmando Helene (2019, p. 960), “as intervenções urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro); e não o bem-estar cotidiano de seus habitantes.”

Ao trazer este ponto de discussão para uma contextualização histórica da reprodução capitalista intrínseca à permanente pobreza no desenvolvimento da cidade de São Paulo, é possível conceber a diferenciação dos usos urbanos no

decorrer da década de 1950 através de um momento de aceleração da expansão em diversos segmentos e setores, como as indústrias e a produção material, a entrada de capital estrangeiro, aumento do consumo e verticalização seguidos de uma reestruturação da centralidade e aumento das periferias, demarcando os lugares de segregação de acesso à moradia, serviços, emprego e condições de consumo (MATOS, 2001).

Com esta perspectiva é possível lembrar Carlos (1992), em sua afirmação acerca do uso diferenciado da cidade no demonstrativo de uma construção social reprodutora da desigualdade e da contradição. Dessa maneira, a desigualdade espacial é produto da desigualdade social (estabelecida pelas demarcações sociais dos corpos). Dessa forma, é possível afirmar que a perspectiva da multiplicidade identitária, em uma análise interseccional,

Supera a ideia de gênero na geografia como limitada à presença de mulheres na análise do espaço. Ela cunha uma perspectiva complexa das relações entre espaço e pessoas, que se constituem para além das diferenças sexuais, também por códigos culturais, experienciados de forma complementar e contraditória pela raça e classe, além da sexualidade. Experienciar todos esses elementos de forma combinada caracteriza claramente uma dimensão espacial (SILVA, 2009, pp. 84-85).

Compreendendo a fragmentação de articulações reflexo e condicionantes sociais, o espaço pode ser encarado como um conjunto de lutas simbólicas. Sendo real em seu simbolismo, o urbano também é manutenção da multidimensionalidade das relações, traçando distintas trajetórias. Em diferentes escalas, as relações são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço. Ao encontro do que defende Calió (1991), as estruturas de violência racial, sexual e de classe afetam a organização e desenvolvimento da cidade, de maneira a evidenciar sua não neutralidade, uma vez que as espacialidades urbanas materializam as relações sociais e reproduz as dimensões da sociedade de maneira a organizar o espaço e o tempo dos indivíduos.

A partir desta breve contextualização, é possível estabelecer que o espaço não possui uma única configuração, tendo em vista como Massey (2008), o espaço é relacional e nesse sentido o espaço irá se compor a partir de relações que se estabelecem entre pessoas "hierarquizadas". Reafirmando Campos (2014), é neste conjunto múltiplo que as relações estabelecidas são capazes de colocar alguns corpos em situações de vulnerabilidade no que diz respeito a outros. Neste ponto,

Além de expor a posição relativa dos indivíduos no acesso a recursos e oportunidades, essas desigualdades são indicativas da vulnerabilidade maior das mulheres e daqueles que delas dependem, sobretudo quando os arranjos familiares se distanciam do padrão convencional. (...) Coexistem, no entanto, com a permanência do machismo, com a ausência de políticas públicas

adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa das mulheres e, justamente por isso, com uma dinâmica em que elas acumulam desvantagens em comparação aos homens (MIGUEL; BIROLI, 2015, p. 11).

Através destas nuances, é possível reafirmar Gonzalez (2018b), em sua compreensão espacial a partir dos diversos marcadores corporais enquanto um importante instrumento de questionamento da visão absoluta acerca do espaço e suas correlacionadas espacialidades. Neste sentido, “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.” (BRAH, 2006, p. 351).

Por entre estes pilares, é possível retomar a discussão levantada por Butler (2009) acerca da precariedade, que determina aquele que politicamente induz uma condição em que certa parte das populações sofrem de carência de redes de suporte social e econômico, sendo expostas ao dano, violência e morte. De encontro ao que afirma Brosin e Tokarski (2017, p. 114), “a condição de precariedade política consiste em que algumas vidas estejam especialmente expostas ao risco de serem violadas, porque contam com menor acesso às condições infraestruturais e às redes relacionais de proteção que garantem a prosperidade de cada pessoa.”

Se os termos de poder, demarcados por uma sociedade capitalista e patriarcal, definem quem pode ser um sujeito, quem está qualificado como sujeito reconhecido, em política ou perante a lei, então o sujeito não é uma pré-condição da política, mas um efeito diferencial de poder. Por esta perspectiva, para Gonzalez (2018b), o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais precarizados níveis de participação na força de trabalho, pertencem exatamente às mulheres e à população negra, constituindo os corpos em constante exposição à precariedade.

Referenciando as complexidades das vivências urbanas, permeadas pela desigualdade histórica do projeto capitalista hegemônico de produção do espaço, ao trazer à tona as contradições da expansão urbana de São Paulo, marcada por problemáticas socioespaciais que materializam as estruturações sociais baseadas em pilares representados pela violência racial, de classe e gênero, a obra “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” (1960), escrita por Carolina Maria de Jesus no decorrer das décadas de 1950 e 1960, potencializa a voz da identidade de uma mulher negra, mãe, pobre que se posiciona resistente às opressões e contrária às imposições hegemônicas de um poder patriarcal. A importância desta narrativa, segundo Costa (2019),

Reside na fala de um corpo que sofre preconceitos e tenta se posicionar contra a estrutura viciada que a sociedade estava criando, sem submeter-se ao papel que dela se esperava. É a voz de uma pessoa real, passando por situações que apesar de terem sido registradas naquela época, ainda encontram eco nos dias atuais (COSTA, 2019, p. 185).

Carolina possui as espacialidades constituintes da vivência urbana relacionadas a um maior valor de troca, apresentando pouco valor de uso, uma vez que, segundo Almeida (2018, s/n), “o espaço que realmente pode circular é a rua, de onde tira o seu trabalho e muitas vezes alimentação e roupas.” Nota-se que seu corpo está ligado a uma rede, na qual, dentro de seus limites são definidas as relações que fazem a vida e ação possíveis. Nesta perspectiva, é possível retomar a fala de Calió (1991, p. 99), “sem fetichizar o espaço - ele não é dominador, nem libertador - é nele que ocorrem tanto as lutas de dominação como as da superação da dominação.” Neste mesmo cenário, segundo Almeida (2018, s/n), a “Favela do Canindé se apresenta como mais um dos espaços de segregação que aparecem e são extintas devido a especulação imobiliária, trazendo consigo as marcas de uma urbanização capitalista, patriarcal e produto das desigualdades intrínsecas ao sistema.”

Muito mais que um simples relato, o livro de Carolina pode ser entendido como uma obra que documenta e reconhece as transformações sociais, econômicas, espaciais, e denuncia os constantes abusos impostos às primeiras favelas paulistanas, durante determinado período do processo de urbanização. O diário pode ser encarado enquanto um lugar de poder (BRAH, 2006), trazendo decadências, resistências, descobertas e a construção da identidade da autora que a diferencia perante os outros corpos que se relaciona na complexidade de sua vivência urbana.

A partir do olhar trazido por Carolina Maria de Jesus em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, este artigo se propõe explorar o potencial geográfico e identitário dos escritos da autora enquanto uma narrativa contra-hegemônica ao projeto de produção espacial baseado nos pilares capitalista, racista e patriarcal de opressão dos corpos. Para tanto, busca-se no decorrer deste trabalho evidenciar as angústias e potências do protagonismo de uma trajetória feminina, negra e pobre na cidade de São Paulo no decorrer da década de 1950.

Ao compreender a multiplicidade espacial e decorrentemente dos sujeitos que compõem a trama de relações plurais, este artigo objetiva ampliar as possibilidades de análise, debates e discursos referentes às complexidades sociais que possam ser consideradas nos estudos geográficos.

O caminhar até o Quarto de Despejo

Para compreender a obra de Carolina, é necessário entrar em contato com sua história, que traz marcas evidentes na formação de sua identidade. Neta de escravos e filha de uma lavadeira analfabeta, Carolina Maria de Jesus² nasceu no interior do estado de Minas Gerais, no início do século XX. Já em seus primeiros passos na infância, a escritora encarava a realidade de um Brasil pós abolição da escravatura que, apesar de inúmeras lutas e resistências historicamente demarcadas no território

2 Informações sobre a biografia de Carolina Maria de Jesus podem ser encontradas no Portal da Literatura Afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>

nacional e nas relações de poder, não representou avanços no que diz respeito a igualdade de direitos sociais, econômicos, culturais e religiosos, estando de acordo com as demandas de um poder hegemônico, eurocêntrico, branco e masculinista.

Após deslocar-se inúmeras vezes pelo interior mineiro e paulista, Carolina chega à cidade de São Paulo no final da década de 1930. Segundo Baeninger (2005), assim como muitos brasileiros, a autora integrou

As tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, ancoradas na enorme transferência de população do meio rural para o urbano, nas migrações com destino às fronteiras agrícolas, no fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana (BAENINGER, 2005, p. 84).

Já na capital paulista, sabe-se que Carolina de Jesus viveu em um cortiço e debaixo de um viaduto antes de ir para a favela do Canindé. Carolina e seus três filhos – João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima – residiram por um bom tempo no local. De acordo com o que afirma Bonduki (1994), no período histórico demarcado pela existência urbana de Carolina em São Paulo, a prática de despejos da população pobre das áreas de interesse do capital passa a ser cada vez mais legitimada nas ações do Estado, bem como a consequente construção de habitações precárias por parte dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Contextualizando a chegada da protagonista à capital paulista, nota-se em sua trajetória a marca da segregação decorrente de uma intensa articulação de fatores, agentes e interesses no que diz respeito à manutenção da desigualdade em benefício da reprodução capitalista do espaço. Através das marcas trazidas em seu corpo, Carolina vivencia que,

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) (GONZÁLEZ, 2018b, p. 232).

Ao encarar a raça enquanto uma construção social, é possível afirmar que a racialização entre os sujeitos é uma criação branca, patriarcal, heteronormativa. Imaginado enquanto norma, o branco atribui a marginalização para aqueles que não compartilham do mesmo corpo. Assumindo esta postura, “se o que é não-branco não pode existir, o Estado, em sua branquidade, é um sujeito atuante nesse impedimento da existência.” (PATERNIANI, 2019, p. 105), evidenciando a desigualdade

enquanto “propulsora das políticas estatais” (PATERNIANI, 2019, p. 105). Dessa forma, o corpo negro e feminino de Carolina Maria de Jesus,

Passaria a carregar além da cor, outros símbolos malvistas pela sociedade. Estaria ele então impregnado por um forte cheiro, característico de quem vive em situação de precariedade extrema e tem no trato com o lixo seu labor e abrigado em roupas desgastadas e maltrapilhas, adquiridas por meio de doação ou descartes. Como extensão, esse corpo possui quase sempre a presença de um saco - ora cheio, ora vazio - acoplado às costas, contendo o material coletado nas ruas, permutado por dinheiro ou outro elemento de valor. Três filhos de relacionamentos diferentes acompanhavam-na com frequência e tornavam-se também parte desse incômodo corpo que circularia pelas ruas da capital paulista (PEREIRA, 2015, p. 54).

Afirma-se, então, que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes e também racializada, produzindo de forma socializada para consumidores privados. De encontro com o que pontua Davis (2017), a raça é a maneira como a classe é vivida.

Mulher negra vivenciado diariamente a pobreza e a fome na cidade da centralidade econômica do Brasil no decorrer do século XX, Carolina narra suas vivências enquanto um corpo marginal ao sistema, marcado por negações, marginalização e opressão. Nas suas palavras, trouxe em seus livros a denúncia social e diferentes espacialidades em decorrência das transformações em sua própria identidade, construída no decorrer do estabelecimento de suas espacialidades e contradições relacionais. Em suas obras publicadas (em vida): Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960); Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961); Pedacos da fome (1963) e Provérbios (1965), Carolina escreve versos potentes que contém denúncias sobre as condições sociais da população pobre no Brasil, ampliando a pluralidade sobre o tema.

Pluralidade de corpos, relações sistêmicas de opressão

O espaço está sempre em tensão, em possibilidade de ser outro, bem como as identidades dos corpos que o constituem, que são maleáveis e tensionadas pelas relações de poder envolvidas. Dessa forma, segundo Massey (2008), todos os espaços são de alguma forma regulados socialmente, se não por regras explícitas, então pelas regulações mais competitivas que existem na ausência de controle explícito.

Neste sentido, a violência estrutural do sistema patriarcal está em todos os elementos espaciais, através de exclusões, opressões e explorações dos corpos - neste caso, o corpo feminino negro como o de maior vulnerabilidade, uma vez que “racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra.” (COLLINS, 2017, p. 8). Em distintas escalas, as relações são continuamente mantidas e transformadas através da perspectiva política da

produção social do espaço (MASSEY, 2008). Dessa forma, é possível encarar a multiplicidade das relações espaciais como lócus da reprodução da violência intrínseca ao patriarcado branco capitalista.

No que se refere às espacialidades urbanas,

As estruturas de dominação racial, sexual e de classe afetam explicitamente a cidade. A cidade não é neutra. Exprime relações sociais e reproduz, especialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos. A cidade não é assexuada, pelo contrário, contém uma característica de todas as outras instituições, o sexismo (CALIÓ, 1991, p. 96).

Infere-se, então, que o sujeito vivencia múltiplas dimensões e espacialidades, posicionando-se diferentemente nas relações de poder, de acordo com as marcas que seu corpo carrega e suas intersecções identitárias (ROSE, 1993). Conforme Silva e Ornat (2017, p. 8), "os corpos em permanente processo de negociação com outros espaços ajustam suas posições no mundo, sendo, também eles lugares de aglutinação, de negociações externas e internas do poder."

Bem como as espacialidades vivenciadas por Carolina Maria de Jesus, os marcadores sociais determinados através da diferença com outros corpos em suas relações de poder trazem à tona o debate referente à multiplicidade de vulnerabilidades e opressões as quais o sujeito pode estar exposto. Neste sentido, é possível estabelecer que os espaços surgem em uma perspectiva relacional que acaba por ser estabelecida através de normas e limites, sejam físicos ou imateriais, que acabam por determinar, segundo Mcdowell (1999), quem pertence a um lugar e quem está excluído. De acordo com o que pontua Brah (2006),

As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. De fato, a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o "eu" (BRAH, 2006, p. 371).

Por esta perspectiva é evidente que na história social brasileira, o sujeito negro não coube lugar nenhum – ausência de ter aonde ir (BARONE, 2015). Assim, o racismo,

[...] denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas, sendo, em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de divisão social (GONZALEZ, 2018a, p. 98).

Em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, a pobreza não foi reconhecida como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas, contudo “as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde os tempos da escravidão.” (DAVIS, 2017, p. 30). Devido às condições decorrentes da herança da escravidão no Brasil, bem como a estrutura de uma organização que pressupõe a desigualdade entre os locais e os sujeitos, a manutenção das exclusões torna-se uma constante. Na perspectiva brasileira, “sobrecarregadas de trabalho não pago e situadas marginalmente no mundo do trabalho, o acesso ao mercado de moradia no país, já inalcançável para muitas famílias, é ainda mais difícil quando se é mulher.” (HELENE; LAZARINI, 2018, p. 958).

Para além dos marcadores de gênero, faz-se necessário ressaltar que as experiências femininas negras variam, “mas que mantêm um eixo comum que se traduz em ações e reações às condições de vulnerabilidade de grande parte destas mulheres.” (LEAL, 2020, p. 16). Nota-se, então, que os marcadores sociais das diferenças entre os corpos acabam por desenhar as relações de opressão e resistência às quais os sujeitos estão expostos no desenvolvimento das materialidades e espacialidades capitalistas e patriarcais.

Neste sentido, compreender as relações da vivência urbana de Carolina em São Paulo passa pelo entendimento da discriminação social feminina e negra, tendo como cerne a institucionalização de um poder branco, heterossexual e de racismo e hegemonia eurocêntricos. Dessa forma, “o usufruir e sentir a cidade, enquanto cidadã, está diretamente ligada ao seu papel social.” (CALIÓ, 1991, p. 105).

Urbanização e silenciamento

No decorrer da década de 1950, o município de São Paulo experimentou uma intensa explosão demográfica, bem como a ampliação de um dinamismo econômico reflexo de transformações importantes no que diz respeito à produção, localização e integração entre os diferentes setores produtivos, principalmente o industrial. Para Matos (2001, p. 50), “nesse processo coexistiam permanências, demolições e construções, ampliaram-se obras públicas e novos territórios passavam a ser definidos, novas áreas comerciais e financeiras eram criadas”, em contraposição com a escancarada expulsão de determinadas parcelas da população que residiam em localidades de alto interesse do capital que estava em franco processo de expansão.

Ao refletir sobre as mudanças nos trajetos urbanos seguidos por Carolina e seus filhos em São Paulo, é possível retomar a fala de Carlos (1992, p. 79), ao pontuar

que “a habitação como uma das necessidades básicas e fundamentais fornece uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de morada é associado ao preço da terra”. Este será condicionado pelo jogo de mercado e apoiado nos valores criados e veiculados pela sociedade, em um determinado momento histórico. “Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos.” (CARLOS, 1992, p. 23). Nos relatos de Carolina Maria de Jesus, a desigual apropriação aparece escancarada,

Nós somos pobres, vivemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares dos lixos e dos marginais. Gente da favela são considerados marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 1960).

Presente nesta contradição, segundo Damiani (2005, p. 60), “a devastação da economia acumulativa capitalista promove o processo de desumanização”, impossibilitando o urbano para todos. No Brasil, a urbanização e o decorrente simbolismo das espacialidades urbanas são derivadas de um complexo projeto de acumulação e revalorização do capital atreladas à exploração dos corpos. São Paulo, símbolo do desenvolvimento e modernização, é apoiada sobre pilares machistas, racistas e patriarcais intrínsecos ao capitalismo. Na articulação desses fatores está a ausência da explicação de distribuição espacial dos habitantes na cidade, qual seja, a relação de classes expressa na contradição entre a produção e a apropriação da riqueza. Neste sentido, a cidade é expressão da materialização espacial das desigualdades sociais emergentes na sociedade (CARLOS, 1992).

Especificamente no contexto histórico no qual “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é escrito, São Paulo, ao dar continuidade aos planos de intervenção urbana, orquestrados nas gestões de Fábio Prado (1935-1938) e Prestes Maia (1938-1945 e 1961-1965)³, regia-se rapidamente nas engrenagens capitalistas de um Brasil cada vez mais aberto às investidas multinacionais, à industrialização e à expansão vertiginosa do setor da construção civil, demandado em prol das expansões rodoviárias e urbanas. Segundo Costa (2019, p. 183), “a modernização da cidade se instala dentro deste contexto de mudança política e social, chegando não por acaso ou de forma natural, mas como consequência lógica do progresso contínuo.” Neste sentido, o dilema do pão e aço (CASTRO, 1980) é retratado no decorrer de toda a obra, denunciando a condição daqueles que estavam à margem da “sala de visitas” que crescia rapidamente no contexto de industrialização de São Paulo.

Neste sentido, segundo Moraes (2011), através de formas capitalistas de valorização do espaço, cada padrão de acumulação concretiza um tempo relacional. Como parte da contradição da acumulação, a favela aparece como processo mantenedor das desigualdades intrínsecas ao espaço urbano, demarcadas pela exploração dos corpos e permanência da violência em prol de um projeto planejado

3 Recomenda-se o trabalho de JUNIOR e GUIMARÃES (2015).

de concentração de fluxos, acumulação de capital e expansão de influência paulista na centralização dos setores produtivos. Em seus escritos, Carolina Maria de Jesus descreve a paisagem da segregação urbana em São Paulo,

(...) As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960).

“Na metrópole de São Paulo, o que aparece aos olhos do observador como diferenciações gritantes no plano da paisagem revela, na realidade, os espaços-tempo da contradição entre os espaços integrados à economia global e as imensas periferias subordinadas e em fase de desintegração.” (CARLOS, 2009, p. 304). Neste sentido, o uso da terra estará intimamente atrelado às complexidades relacionais daqueles que ocupam determinado local e produzem suas espacialidades, a depender de seus marcadores sociais e da maneira como são lidos perante a organização da cidade capitalista. Revivendo as escritas de Carolina Maria de Jesus,

A repetição da rotina da favela às vezes parece exaustiva, mas quando o leitor termina de ler a obra percebe que essa rotina é o que mantém em movimento a vida na favela. A luta pela vida se torna um desafio em um país que está passando por grandes desenvolvimentos e crescimento nacional graças às propostas do então presidente da República, Juscelino Kubitschek que defendia a ideia de buscar desenvolver o Brasil em pouco tempo. Mas diante do contexto de crescimento nacional, a favela do Canindé representa a contradição no desenvolvimento econômico, estrutural e social (LUZ, 2017, p. 34).

Nesta perspectiva, a Favela do Canindé pode ser colocada enquanto símbolo das desigualdades referentes aos interesses de um Estado capitalista que, além da violência contra os corpos que a constituem, amplia as situações de precariedade dos sujeitos residentes no local. Ambientando as condições infraestruturais, Barone (2015, p. 5) pontua que a água da favela era instalada em apenas uma caixa d'água que atendia uma população de aproximadamente 300 famílias. “O esgoto era recolhido em fossas improvisadas, que muitas vezes transbordavam e se misturavam ao lamaçal da várzea, nos caminhos de acesso aos barracos, dando ao bairro um cheiro podre”. Ao refletir sobre a precarização da Favela do Canindé, nota-se uma tentativa de afastamento de Carolina com a realidade vivenciada,

[...] Cheguei à favela: eu não acho jeito de dizer cheguei em casa (JESUS, 1960).

Desde o início de sua narrativa em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960), Carolina demonstra sua necessidade de ruptura com a imaginação da favela

enquanto lugar de promoção de sentidos e de sua identidade. A Favela do Canindé não representa o lar, não envolve qualquer relação de afeto, de definição de sentidos e significados afirmativos da concepção de Carolina enquanto sujeito. Contrariamente, a favela traz consigo o pesadelo, a negativa, a angústia da realidade. A partir disso, a alternativa encontrada pela autora reside em seu imaginário geográfico acerca dos sentidos de cidade e de possibilidades urbanas que eram promovidos na leitura de Carolina. "Assim a interseccionalidade espacial aponta que o espaço e as categorias de gênero, raça e classe se reconfiguram permanentemente conferindo novos significados e construindo múltiplos contextos e identidades políticas em relação à matriz de dominação." (PATERNIANI: 2019, p. 113).

No decorrer da escrita da obra, nota-se que a Favela do Canindé materializa a antítese para a autora. Desperta o sentimento de repulsa, ao mesmo tempo que inflama o posicionamento e a própria identidade de Carolina enquanto mulher negra em São Paulo. Nas palavras de Carolina,

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê [...] (JESUS, 1960).

Complexo em sua dinâmica relacional, o espaço articula pontos de dominação e resistência. Trazendo o pensamento de Massey (2013, p. 5 apud. DA SILVA, 2018, p. 109), "a própria identidade de uma comunidade local não é algo dado, mas sempre estabelecido através de negociação e passível de conflito. Não há nenhuma comunidade automática. No lugar não há coisas dadas, senão coisas para discutir." Neste sentido é possível lembrar a fala de Franco (2017, p. 90), ao elucidar que "as mulheres possuem diferenças em toda a cidade, com estéticas múltiplas, visões de mundo e ações sociais, políticas e humanas em geral e condições territoriais profundamente distintas."

"Sendo real em seus limites, a cidade propõe trajetórias." (DAMIANI, 2005, p. 84). Dessa forma, o espaço não possui uma única configuração, bem como os sujeitos. Ao refletir sobre elas, é possível trazer o pensamento de Massey (2008) para potencializar a análise referente ao espaço urbano, uma vez que ele permite a construção de identidades e interligações entre elas, de modo que nada possa ser inflexível.

Através do olhar sobre relações estabelecidas no decorrer do desenvolvimento urbano, nota-se que as estratégias de sobrevivência e resistência dos corpos vulneráveis foram estabelecidas como forma de permanência em função da violência e marginalização constantes vinculadas ao processo de avanço da

mancha urbana atrelado aos interesses capitalistas. Seja nos cortiços localizados na área central da cidade, seja nas favelas, em face das várias intervenções do Estado branco, patriarcal e burguês, colocaram-nas sempre em condição de conflitos iminentes com o poder público. Ressaltando Franco (2017, p. 91), "as periferias, as favelas são parte da cidade e não lugar à parte das cidades. São de territórios marcados pelas organizações das pessoas, o que os diferencia de outras partes da cidade, para além dos baixos investimentos do Estado em que vivem."

No prosseguimento de sua escrita, Carolina passa a refletir sobre a espacialidade de suas vivências através das relações de poder as quais está inserida e é diretamente afetada, segundo hooks (2019, pp. 234-235), "pela profundidade do sentimento de desvalorização, objetificação e desumanização das mulheres negras nesta sociedade que acaba por determinar o escopo e a textura de suas relações com o olhar." Na visão da protagonista,

"(...) A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro" (JESUS, 1960).

Na associação com a cor de sua pele, que acaba por somar um dos muitos marcadores sociais os quais a autora está inserida, Carolina promove a reflexão acerca da estrutura basilar racista na qual a sociedade urbana paulista está inserida. Reafirmando Paterniani (2019, p. 105), estes contextos permitem dar conta "não somente da consubstancialidade das relações sociais em questão – de que modo gênero forma raça, de que modo raça forma classe, etc. – mas também como essas categorias produzem o espaço, ao mesmo tempo em que o espaço as atualiza em realizações situadas."

Dessa forma, a reprodução de barreiras sociais, baseadas na segregação racial, torna o racismo, nesta perspectiva, um dos principais mecanismos produtores da brutal concentração de renda e de riquezas que caracteriza a sociedade brasileira, na medida em que ele consegue, através de complexos processos de discriminação e impedimentos a favorecimentos ao longo da trajetória dos indivíduos, impedir e/ou dificultar o acesso de significativa camada da população a essas riquezas que o país produz.

Carolina Maria de Jesus fazia parte dessa parcela da população que mal tem dinheiro para comer e vai se localizar exatamente nos lugares onde a propriedade privada da terra não vigora, ocupando áreas do Estado; portanto, áreas públicas, muitas delas localizadas em locais de proteção de mananciais, produzindo o que alguns pesquisadores como Carlos (2009) denominam "cidade informal", e outros, ainda, "cidade ilegal". Nessas localidades estão estabelecidas as relações dos corpos marginalizados, silenciados em um discurso modernizante, desenvolvimentista, branco e burguês.

Portanto, a exploração dos corpos não é arbitrária, é projeto de manutenção de opressões. Neste sentido, são os sujeitos migrantes, pobres e em sua maioria negros que carregam em suas vivências o projeto de desenvolvimento crescimento e interligação dos fluxos no Brasil durante diferentes contextos históricos, marcados pela violência, precariedade e silenciamento.

Contudo, “assim como a opressão é complexa, a resistência demonstra uma complexidade semelhante.” (COLLINS, 2000, p. 288). Em uma das passagens do livro, Carolina relata

“(…) Um sapateiro perguntou-me se meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (JESUS, 1960).

Dessa forma, é possível argumentar que através da resistência (BUTLER, 2016), as práticas socioespaciais estabelecidas por meio de relações sociais de poder e exclusão, são definidas as espacialidades com seus consequentes limites que se sobrepõem e entrecruzam, deferindo um caráter de fluidez aos lugares. Portanto, estes lugares são um conjunto completo de relações sociais que se entrecruzam e operam em muitos níveis, em função de ideias, comportamentos, símbolos que são cada vez mais variáveis e complexos.

É nesse sentido que Butler (2016, p. 08) pensa a resistência: “como o ato de fazer acontecer o imprevisto e achar meios de lhe atribuir reconhecimento para o propósito de que também os seres excluídos ou abjetos possam viver de modo mais livre e pleno.” (BROSIN; TOKARSKI, 2017, p. 113). Dado o contexto de exploração de classe e da dominação racista e sexista, é apenas da luta (hooks, 2019) e da resistência (BUTLER, 2016), que as mulheres negras são capazes de subverter a lógica de opressão e traçar trajetórias múltiplas de olhar individual e coletivo. Reafirmando Calió (1991, p. 50), é possível compreender a existência feminina “não só como vítimas de um meio social patriarcal e produtivista, mas como atrizes sociais a partir de suas lutas e reivindicações, que refletem, na verdade, uma outra forma de pensar e sentir o espaço urbano.”

Assim como o espaço e o tempo, o sujeito em sua multiplicidade de coexistência de relações, é aberto, potente e resistente. Conforme afirma Galeano (1999, p. 396), “é por isso que o sistema capitalista se dá mal com a história dos homens, pela frequência com que ela muda. E porque na história dos homens cada ato de destruição encontra sua resposta, cedo ou tarde, num ato de criação.” No seguimento do pensamento do autor, Carolina Maria de Jesus defende em sua obra,

Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor e a aflição dos pobres. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores (JESUS, 1960).

Considerações finais

A obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960) é um marco no que diz respeito às denúncias dos silenciamentos historicamente vivenciados por uma grande parcela da população do país, produtos de um processo de exploração e opressão, o projeto de desigualdade social, de gênero e racial no Brasil é consolidado desde os primórdios da ocupação e desenvolvimento do território nacional. Carolina enquanto mulher negra e favelada resiste e sobrevive aos constantes ataques de uma sociedade racista, patriarcal e capitalista. Relembrando Marielle Franco (2017, p. 92), “sobreviver, portanto, ultrapassa qualquer visão economicista do termo e alcança as múltiplas dimensões da vida.”

Apesar da negação e sobrevivência àquela realidade, a escrita de Carolina Maria de Jesus está posicionada em uma trama de relações, conflitos e contradições referentes à pluralidade daqueles que constituem as espacialidades relacionais da favela. Assume-se, então, que base interseccional de análise da obra da autora é imprescindível no entendimento do espaço pelo viés da multiplicidade de opressões, que para além de qualquer tipo de hierarquização, são dinâmicas e se inter cruzam permanentemente. Além disso, em consonância com Santos (2021), a interseccionalidade é ferramenta necessária para romper com projetos de imparcialidade, falsa neutralidade e leitura hegemônica acerca dos sujeitos e de suas respectivas geografias.

Neste sentido, são nas palavras de Carolina que estão demarcadas identidades, resistências e vulnerabilidades intrínsecas a inúmeras outras mulheres negras e periféricas que, em uma sociedade estruturalmente planejada (e mantida) para ser desigual, buscam constantemente silenciá-las. De encontro com Alves (2017) ao citar Angela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”.

“Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada, por mais que o desenho tenha sido escrito a lápis, e que seja de boa qualidade a borracha, o papel guarda o relevo das linhas escritas. Não senhor, ninguém vai apagar as palavras que eu escrevi (...) As palavras se não consegue mudar o mundo, serve pelo menos para contá-lo ou até inventá-lo um mundo novo. Assim como as palavras as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas”.

– Carolina Maria de Jesus

Bibliografia

- ALMEIDA, T. Ensino de geografia e literatura marginal: uma proposta para o estudo da expansão urbana de São Paulo e da relação centro-periferia. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19, João Pessoa. *Anais (...)*. 2018.
- ALVES, Alê. Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". *El país*, Salvador, 27, jun, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em 01 de dezembro de 2021.
- ARUZZA, C. BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2019.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século 20. *São Paulo, Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96. 2005.
- BARONE, A. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. In: Encontro Nacional da ANPUR, 16, Belo Horizonte, *Anais (...)* 2015.
- BONDUKI, Nabil. Urbanização pós-golpe de 1964. *Comunicare*, São Paulo. vol. 4, nº 2, pp. 67-80, 2004.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos pagu*, Campinas, V. 26, pp.329-376, 2006.
- BROSIN, D; TOKARSKI, M. L. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a Filosofia Política Feminista. *Revista Gênero*, Niterói. V. 18, nº1, pp. 98-118, 2017.
- BUTLER, J. Performatividade, precariedade y políticas sexuales. AIBR: *Revista de Antropología Iberoamericana*. v.4.n.3. p. 321-336. 2009.
- BUTLER, J. Rethinking Vulnerability and Resistance. In BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia. *Vulnerability in Resistance*. Durham and London: Duke University Press, 2016.
- CALIÓ, S. *Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana*. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.
- CAMPOS, M. A Geografia da violência sexual no município de Ponta Grossa – Paraná no ano de 2012. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. *Anais (...)*. 2014.
- CARLOS, A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto. 1992
- CARLOS, A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *Estudos Avançados*. v.23.n.63. 2009.
- CASTRO, J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2nd ed., 2000.
- COLLINS, P. H. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Trad. Bianca Santana. Parágrafo. V. 5, n.1, pp. 7-17, 2017.
- COSTA, H. Engels, Marx e Carolina de Jesus no Quarto de Despejo: uma breve reflexão teórica sobre a produção do espaço geográfico. *Revista Equador (UFPI)*, Vol. 8, No 3, p. 178 – 198. 2019.
- DAMIANI, A. A Geografia que desejamos. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 83, p. 57-90, 2005.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. Boitempo Editorial, 2017.
- DA SILVA, Natália Alves et al. *Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial*. 2018, 138 p. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie. et al (orgs.). *Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil*. Editora Zouk. 2017.
- GONZALEZ, L. A Questão Negra no Brasil. In: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018a.
- GONZALES, L. A. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Caderno Metropolitano*. São Paulo, v.21, n.46, p. 951-974. set/dez. 2019.
- hooks, b. *Olhares Negros: raça e representação*; tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- JESUS, C. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- JUNIOR, R. G. M.; GUIMARÃES, A. C. M. Representações não-hegemônicas do processo de urbanização de São Paulo: um estudo sobre canções de Adoniran Barbosa e Paulo Vanzolini. In: XVI ENANPUR (Espaço, Planejamento e Insurgências). Belo Horizonte, *Anais (...)*, 2015.

- LEAL, H. Feminismo Negro. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, V. 6 N. 3, pp. 16-23, 2020.
- LUZ, T. *Entre o quarto de despejo e a sala de visita: a trajetória de Carolina de Jesus no meio intelectual brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. Grajaú. 51 p. 2017.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATOS, M. A cidade que mais cresce no mundo: São Paulo, território de Adoniran Barbosa. *São Paulo Perspec.* São Paulo, v. 15, n. 3, p. 50-57, 2001.
- MCDOWELL, L. *Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política: uma introdução*. Boitempo Editorial, 2015.
- MORAES, A. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume. 2011.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 2019. 342 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PEREIRA, G. L. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.
- ROSE, G. *Feminism & Geography: the limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press. 1993.
- SANTOS do, B. L. A práxis coletiva do feminismo negro na luta pelo direito à cidade. *Revista da ANPEGE*, v. 17. nº. 32, pp. 309 - 324.
- SANTOS, S. *Nas veredas por reconhecimento social: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo*. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. 2012.
- SILVA, J. *Geografias subversivas: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.
- SILVA, J; ORNAT, M. Gênero, sexualidades e espaço: uma análise interseccional de imigrantes brasileiros em Brighton- Reino Unido. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

Quarto de Despejo: diário de uma favelada – Identity, spatiality and resistance of the peripheral female black body in the urbanization of São Paulo

Through an hegemonic look at the historical constitutions of the production of urban space in São Paulo, the multiplicity of narratives that constitute the city's spatialities are sometimes silenced. In this sense, it is extremely important to bring prominence to everyday experiences, constituted by the continuous tension between center and margin, violence and resistance. Therefore, this article proposes a brief analysis of the work "Quarto de despejo: diário de uma favelada", written by Carolina Maria de Jesus and published for the first time in 1960. The book itself is a valuable historical document in regarding the production of urban space in São Paulo during the 1950s, which in its modernizing discourse violated and segregated subjects and their respective identities, as is the case of Carolina, who carried with her social markers the oppression of a misogynist, racist and classist society.

KEYWORDS: urbanization; São Paulo; literature; intersectionality; Carolina Maria de Jesus.

Quarto de Despejo: diário de uma favelada – Identidad, espacialidad y resistencia del cuerpo negro, femenino y periférico en la urbanización de São Paulo

A través de una mirada hegemónica a las constituciones históricas de la producción del espacio urbano en São Paulo, en ocasiones se silencia la multiplicidad de narrativas que constituyen las espacialidades en la ciudad. En este sentido, es de suma importancia darle protagonismo a las vivencias cotidianas, basadas en la tensión entre centro y margen, violencia y resistencia. Para esto, el artículo propone un breve análisis de la obra "Quarto de despejo: diário de uma favelada" escrita por Carolina Maria de Jesus y publicada por primera vez en 1960. El libro en sí mismo es un valioso documento histórico en lo que respecta la producción del espacio urbano de São Paulo por los años 1950, que en su discurso modernizador violaba y segregaba a los sujetos y sus respectivas identidades, como en el caso de Carolina, que en sus marcadores sociales trajo la opresión de una sociedad misógina, racista y clasista.

PALABRAS CLAVE: urbanización; São Paulo; literatura; interseccionalidad; Carolina Maria de Jesus.

Artigo recebido em setembro de 2021. Aprovado em dezembro de 2021.